



**PARECER PRÉVIO Nº 146/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11655/2023.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Uarini.
- 4- **Exercício:** 2022.
- 5- **Responsável:** Antonio Waldetrudes Uchoa de Brito (Prefeito Municipal).
- 6- **Advogado:** Francisca Helena de Souza da Silva - OAB/AM 12420.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6190/2023-MP/ESB, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Uarini. Exercício de 2022.

*Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas anuais.*

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **por maioria com desempate da Presidência**, o voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas** das Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Uarini, referente ao exercício de 2022, de responsabilidade do **Sr. Antônio Waldetrudes Uchoa de Brito**, Prefeito Municipal de Uarini e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do art. 31, §§ 1º e 2º, da CR/1988, c/c o artigo 127 da Constituição Estadual/1989, com redação da EC nº. 15/1995, art. 18, I, da LC nº. 06/1991, artigos 1º, inciso I, e 29 da Lei nº. 2423/1996, e art. 5º, I, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, e artigo 3º, inciso III, da Resolução nº 09/1997;

*Vencido o voto-destaque do Excelentíssimo Sr. Conselheiro Convocado Luiz Henrique Pereira Mendes, pela Desaprovação das Contas e Determinação.*



**PARECER PRÉVIO Nº 146/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 11- **Ata:** 32ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.  
12- **Data da Sessão:** 19 de Setembro de 2023  
13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Neto (Presidente, em sessão), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Luis Fabian Pereira Barbosa, Alípio Reis Firmo Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).  
14- **Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO**

Conselheiro-Presidente, em sessão

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira Relatora

**LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA**

Conselheiro

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**

Conselheiro-Convocado

**LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES**

Conselheiro-Convocado

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**

Procuradora-Geral



**ACÓRDÃO Nº 146/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 146/2023 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11655/2023.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Uarini.
- 4- **Exercício:** 2022.
- 5- **Responsável:** Antonio Waldetrudes Uchoa de Brito (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Francisca Helena de Souza da Silva - OAB/AM 12420.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6190/2023-DIMP, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Uarini referente ao Exercício de 2022.

*Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria com desempate da Presidência**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Determinar à origem** que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas anuais:

2.1. Atraso (1º ao 5º) e o não envio (6º) das remessas de dados ao sistema e-Contas (Gefis) com fulcro na Resolução nº 15/2013, alterada pela Resolução nº 24/2013, inciso III, do art. 4º (45 dias após o período) referente aos bimestres de 2022 do RREO;

2.2. Descumprimento do prazo de publicação, referente aos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º bimestres de 2022 do RREO com fulcro no art. 165, § 3º, CF/88 c/c art. 52, da LC 101/00 (prazo legal 30 dias após o período);

2.3. Atraso e não envio de remessas ao sistema e-Contas (Gefis) do RGF, em desacordo com o prazo de 60 dias estabelecido no art. 32, II, “h”, da Lei Estadual 2.423/96 c/c Resoluções TCE 15/13 e 24/13 no Art. 18º (prazo legal 45 dias);



**ACÓRDÃO Nº 146/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 146/2023 – TCE – Tribunal Pleno)**

2.4. Falta de publicação do RGF com fulcro no art. 55, §2º (prazo legal 30 dias após o período) c/c art. 63, §1º da LRF;

2.5. Ausência de informações constantes no Portal de Transparência, nos termos exigidos na Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação.

**10.2. Determinar** o encaminhamento deste Parecer Prévio, publicado e acompanhado de cópias integrais do presente processo, à Câmara Municipal de Uarini, para que, na competência prevista no art. 127, da CE/1989, julgue as referidas Contas;

**10.3. Determinar** à Secretaria de Controle Externo – Secex que tome as medidas cabíveis para a autuação de processos apartados, que deverão ser devidamente instruídos, respeitando a competência de cada órgão técnico, e as documentações referentes às impropriedades atinentes às **Contas de Gestão** mencionadas nos **itens de 01 a 16 da Dicami**, bem como aqueles referentes à possível imputação de multas dos itens **17 a 21** que se referem a Atos de Governo, todas listadas na fundamentação deste **Voto**.

**10.4. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que dê ciência do desfecho destes autos ao interessado, bem como à Câmara Municipal de Uarini e à Prefeitura Municipal.

**11- Ata:** 32ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 19 de Setembro de 2023

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Neto (Presidente, em sessão), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Luis Fabian Pereira Barbosa, Alípio Reis Firmo Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público:** Dr. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO**  
Conselheiro-Presidente, em sessão

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira Relatora

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral